

# **Demonstrações Financeiras**

## **Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.**

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

# Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores da  
**Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.**  
Curitiba - Paraná

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 15 de setembro de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



Building a better  
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP15199/O-6



Ana Andréa Iten de Alcântara  
Contadora CRC-SC-025678/O-3-T-PR

## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3	6
Adiantamento a fornecedores	8	100	-
Dividendos antecipados	9	-	295
		<u>103</u>	<u>301</u>
Não circulante			
Intangível	10	5.843	5.006
		<u>5.843</u>	<u>5.006</u>
		<u>5.946</u>	<u>5.307</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	116	5
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	-	198
Obrigações tributárias		8	34
		<u>124</u>	<u>237</u>
Patrimônio líquido	13		
Capital social		6.517	5.464
Prejuízos acumulados		(695)	(394)
		<u>5.822</u>	<u>5.070</u>
		<u>5.946</u>	<u>5.307</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Despesas administrativas	14	<b>(6)</b>	(36)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos		<b>(6)</b>	(36)
Resultado financeiro	15		
Despesas financeiras		<b>(2)</b>	-
Receitas financeiras		-	600
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		<b>(8)</b>	564
Imposto de renda e contribuição social		-	(198)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<b>(8)</b>	366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(8)</u>	<u>366</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(8)</u>	<u>366</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>			<b>Total</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Capital social a integralizar</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.000	-	(760)	3.240
Integralização de capital	2.000	(536)	-	1.464
Lucro líquido do exercício	-	-	366	366
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.000	(536)	(394)	5.070
Integralização de capital	<b>1.000</b>	<b>53</b>	-	<b>1.053</b>
Prejuízo do exercício	-	-	<b>(8)</b>	<b>(8)</b>
Dividendos revertidos	-	-	<b>(293)</b>	<b>(293)</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<b>7.000</b>	<b>(483)</b>	<b>(695)</b>	<b>5.822</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<b>(8)</b>	366
Ajuste para:		
Imposto de renda e contribuição social	-	198
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamento a fornecedores	<b>(100)</b>	-
Dividendos antecipados	<b>2</b>	(295)
Fornecedores	<b>111</b>	(13)
Obrigações tributárias	<b>(34)</b>	32
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	<b>(29)</b>	288
Impostos pagos	<b>(190)</b>	-
Fluxo de caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	<b>(219)</b>	288
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição intangível	<b>(837)</b>	(1.722)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<b>(837)</b>	(1.722)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital social	<b>1.053</b>	1.465
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	-	(25)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<b>1.053</b>	1.440
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	<b>(3)</b>	6
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>6</b>	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>3</b>	6
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	<b>(3)</b>	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), constituída em 20 de dezembro de 2011, tem como objetivo social a Companhia tem por objeto administrar os bens próprios e as participações de outras sociedades com objeto social compatível, como sócia ou acionista, bem como explorar atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, e ainda empreender atividades de coordenação e controle da operação de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, e ainda, realizar a gestão de ativos intangíveis não financeiros.

Em 20 de fevereiro de 2018, a Companhia, até então sediada na cidade de Maracanaú/CE, teve sua sede e foro transferidos para a Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 555, conjunto 231, 23º andar, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim, Bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80430-180. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e realizará a construção de um Parque Eólico, quando o parque estiver concluído, terá uma potência instalada de 500 MW (não auditado), com geração estimada anual de 2.190.000 MW (não auditado). A Companhia já obteve as licenças ambientais prévias e os DRO (Declaração de recebimento de requerimento de Outorga) dos quais possuem validade até 13 de fevereiro de 2021, assim permitindo operar no Ambiente de Comercialização de Energia Livre e/ou Regulado. Para que possa dar início às suas operações, depende de reunir todos os pré-requisitos para participação de leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e se sagrar vencedora para que possa obter autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica. Adicionalmente depende do suporte financeiro dos acionistas da Companhia sob a forma capital, empréstimos, ou ainda como garantidores de eventuais operações de crédito com terceiros. Os acionistas demonstram intenção e capacidade em apoiar financeiramente a Companhia a fim de garantir a viabilização dos investimentos necessários para suportar o projeto até o momento de geração de caixa operacional.

### 1.1. Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção dos fluxos de caixa para o ano de 2021 não deverão ser impactadas de forma relevante, assim como não deverá impactar premissas previamente consideradas para as compensações dos valores recuperáveis dos nossos ativos. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

# Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional--Continuação

### 1.1. Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras--Continuação

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras nenhuma medida relevante foi necessária.

## 2. Base de preparação

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de maio de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

#### a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, se existentes, estão incluídas nas notas explicativas.

#### b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020.

- Nota Explicativa 9 - Vida útil e recuperação do intangível.

### 5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

### 6. Principais políticas contábeis

#### a) Intangível

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

#### b) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos como 'empréstimos e recebíveis'.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos como 'outros passivos financeiros'.

#### i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Principais políticas contábeis--Continuação

#### b) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento--Continuação*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

###### *Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

###### *Caixa e equivalentes de caixa*

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa não incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente.

##### iii) *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Principais políticas contábeis--Continuação

#### c) Redução ao valor recuperável (impairment)

##### i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; e
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.

##### ii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

iii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

d) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

e) Ativos intangíveis

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

f) Pronunciamentos novos ou revisados

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

*Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios*

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recurso e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.



## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Principais políticas contábeis--Continuação

#### f) Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

##### *Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência*

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

##### *Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material*

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras.

##### *Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material*

Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

##### *Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro*

A pronunciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

##### *Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento*

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Principais políticas contábeis--Continuação

#### f) Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

##### *Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento--Continuação*

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### 7. Caixa e equivalente de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	3	6
	<u>3</u>	<u>6</u>

### 8. Adiantamento a fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamentos diversos	100	-
	<u>100</u>	<u>-</u>

### 9. Partes relacionadas

O saldo com partes relacionadas se refere a dividendos antecipados ao acionista durante o exercício de 2019. No exercício de 2020 os saldos oriundos de dividendos foram revertidos pela Companhia.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Dividendos antecipados	-	295
	<u>-</u>	<u>295</u>

## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Intangível

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Projeto eólico e gastos com o desenvolvimento do projeto	<u>5.843</u>	<u>5.006</u>
	<u>5.843</u>	<u>5.006</u>

Refere-se, substancialmente, ao custo de aquisição de projeto desenvolvido por terceiros para a implantação do parque eólico. O projeto adquirido abrangeu gastos com estudos das áreas, estudos de carga e classe de aerogeradores a serem instalados nos parques eólicos, serviços de topografia, sondagens e geologia.

Durante o exercício houve investimento pela Companhia no montante total de R\$ 837 composto basicamente com desenvolvimento dos projetos.

#### Redução ao valor recuperável

O ativo intangível da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 a administração não identificou indicadores de que o ativo intangível poderia apresentar problemas de *impairment*.

### 11. Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores mercado interno	<u>116</u>	<u>5</u>
	<u>116</u>	<u>5</u>

### 12. Imposto de renda e contribuição social a pagar

Refere-se ao imposto de renda e contribuição social calculada sobre o rendimento das aplicações financeiras. Conforme provisionado no ano de 2019, os impostos foram quitados em janeiro de 2020.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de renda a pagar	-	144
Contribuição social a pagar	-	54
	<u>-</u>	<u>198</u>

## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 25 de junho de 2020, a acionista realizou o aumento de capital mediante a emissão de 1.000.000 ações ordinárias, integralizando em dinheiro R\$ 1.000. O saldo remanescente de R\$ 483 será integralizado futuramente.

<u>Sócio</u>	<u>Número de ações</u>	<u>Percentual capital social</u>
Volga Energia S.A.	7.000.000	100%
	<b>7.000.000</b>	<b>100%</b>
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Capital social	7.000	6.000
(-) Capital social a integralizar	(483)	(536)
Total	<b>6.517</b>	<b>5.464</b>

### 14. Despesas por natureza

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custas e emolumentos	-	(25)
Prestação de serviços de terceiros	-	(7)
Outras despesas diversas	(6)	(4)
	<b>(6)</b>	<b>(36)</b>

### 15. Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. Durante o exercício de 2019, a Companhia auferiu R\$600 referente a rendimentos de aplicações financeiras. No exercício de 2020 não houve receitas financeiras.

## Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo.

b) Gerenciamento dos riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

i) *Risco operacional*

O risco operacional está relacionado com o não desenvolvimento do projeto conforme nota explicativa 1.

ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

### 17. Provisão para litígios

A Companhia não possuem ou fazem parte de processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista no curso normal de seus negócios.